

IMPACTOS DO DESCONHECIMENTO SOBRE A PSICOLOGIA ESCOLAR: NECESSIDADE DE DIÁLOGOS

Karen Stefanny Crisostomo Ramos ¹
Raquel Barbosa de Souza²

RESUMO

A atuação da Psicologia Escolar no Brasil, historicamente, é permeada por um desconhecimento do seu fazer. Cada vez mais identificamos notícias que reforçam a urgência de Psicólogos estarem presentes na escola, principalmente quando nos deparamos com situações como massacres e atentados no ambiente escolar. Essas situações extremas impactam toda a comunidade escolar, e por isso, pensar apenas em ações emergenciais não é o suficiente para favorecer a promoção de saúde nas escolas. Os psicólogos que devem ser contratados para atuar principalmente no cenário das escolas públicas (seguindo a Lei Nº 13.935/2019) não irão trabalhar a psicoterapia com alunos, professores ou famílias. A função do Psicólogo Escolar refere-se ao desenvolvimento de práticas e ações com caráter de prevenção e de promoção de saúde mental no ambiente da escola, visando o coletivo. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo apresentar problematizações sobre os desdobramentos de uma percepção da Psicologia Escolar como Psicologia Clínica. Além disso, é importante discutir sobre como esse desconhecimento, acerca da Psicologia Escolar, pode impactar negativamente no trabalho com a comunidade escolar. Para atingir o objetivo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, através de artigos científicos que apresentam embasamento teórico-prático acerca da atuação da Psicologia Escolar. O entendimento descontextualizado de que a Psicologia na escola está à serviço do atendimento clínico, traduz uma expectativa de que alunos recebam “tratamento”, ainda que a escola não seja um espaço curativo. Pensar em um espaço curativo é esperar que tanto a Psicologia, quanto a escola tratem os problemas apenas quando surgem. Uma prática de Psicologia Escolar que foca na Promoção de Saúde compreende que todos os membros da comunidade escolar precisam repensar suas práticas e atuar em conjunto. Ao atuar em conjunto, com a Psicologia Escolar, fortalecendo as práticas saudáveis e repensando as práticas adoecedoras.

Palavras-chave: Psicologia Escolar, Promoção de Saúde, Educadores, Comunidade Escolar.

INTRODUÇÃO

Os campos da Psicologia e da Educação apresentam relações e conexões que devem ser analisadas historicamente, para que seja possível uma compreensão mais aprofundada sobre a área da Psicologia Escolar. Essa análise histórica permite com que observemos os possíveis impactos que o desconhecimento sobre a real função das(os)

¹ Psicóloga, Especialista em Psicologia Educacional e do Desenvolvimento (UNIFOR), Especialista em Psicomotricidade (UNIFOR), Docente da Graduação em Psicologia do Centro Universitário Fаметro - UNIFAMETRO, karenrisostomo19@gmail.com;

² Psicóloga, Pós-Graduada em Psicopedagogia - UECE, raquelbarbosa.psi@gmail.com

Psicólogas(os) Escolares traz para comunidade escolar, de modo geral, e para a categoria profissional em questão.

Ampliar as discussões acerca da prática em Psicologia Escolar se faz necessário para compreender como os demais membros da comunidade escolar, principalmente os educadores, percebem o trabalho dessa(e) profissional. A escolha dessa temática de pesquisa surge de um incômodo das autoras que, ao atuarem com a Psicologia Escolar na Educação Básica, há quase uma década, identificaram o quanto o desconhecimento impacta negativamente nas possibilidades de intervenção da psicologia.

A atuação da Psicologia Escolar no Brasil, historicamente, é permeada por um desconhecimento do seu fazer. Influenciada por atuações que já existiam no continente europeu, a Psicologia Escolar chegou no Brasil tendo como influência as aplicações de testagens para identificar problemas individuais dos estudantes (Cassins *et.al*, 2007).

Ao se inserir no ambiente escolar por via dessas atuações desconectadas com o cotidiano, os primeiros registros da prática em Psicologia Escolar no nosso país deixaram essa marca negativa em sua história. Porém, à medida que nos aproximamos da realidade, precisamos atualizar a prática, tendo em vista que a escola é um ambiente de múltiplas e constantes transformações.

De acordo com Machado (2003), desde o momento em que os psicólogos adentram o ambiente escolar, está presente o mito de que esse profissional irá “solucionar”, “responder” demandas de ordem individual, como por exemplo, dizer “o que as crianças têm” (p.64). Infelizmente, como visto anteriormente, essa característica está marcada em nossa história.

A visão dos membros da comunidade escolar de que a psicologia está assentada na ideia do saber médico contribui para práticas de exclusão. Tal marca histórica em nossa atuação profissional interfere em um fazer democrático, o qual deveria ser a obrigação de uma psicologia baseada na ética e nas práticas com criticidade. Segundo Kupfer (2004, *apud* Barbosa; Marinho-Araújo, 2010, p.395):

[...] a psicologia alcançou reconhecimento como detentora de um saber que lhe autorizava explicar o fracasso escolar, destinando-se a atribuição de solucionar as queixas escolares, principalmente por meio do atendimento ao aluno.

Permanecer no ambiente escolar perpetuando práticas excludentes nos afasta da atuação comprometida com o Código de Ética (CFP, 2005). Tanto no princípio fundamental do documento, quanto em seu Artigo 2º, está explícito que eliminar qualquer tipo de discriminação deve ser obrigação da(o) psicóloga(o). Portanto, atuar no

ambiente escolar demanda da(o) psicóloga(o) acessar conhecimentos pertinentes às práticas educativas, os quais não se referem tão somente às demandas de ensino-aprendizagem, mas principalmente ao, segundo Antunes (2008, p.474):

[...] seu lugar como um dos fundamentos da educação e da prática pedagógica, contribuindo para a compreensão dos fatores presentes no processo educativo a partir de mediações teóricas ‘fortes’, com garantia de estabelecimento de relação indissolúvel entre teoria e prática pedagógica cotidiana.

De acordo com a Resolução Nº 23, de 13 de outubro de 2022 (CFP, 2022), dentre as funções da Psicologia Escolar estão: analisar e propor “intervenções psicológicas em processos de ensino-aprendizagem”, considerando aspectos da comunidade escolar (professores, estudantes, gestão, materiais); desenvolver ações para a perspectiva da Educação Inclusiva; atuar de modo interdisciplinar; auxiliar no planejamento pedagógico; atuação com foco na promoção de “qualidade de vida da comunidade escolar”; desenvolver projetos com foco no “enfrentamento dos preconceitos e da violência na escola”.

Quaisquer dessas ações estão baseadas na psicologia enquanto saber complementar aos demais saberes da área da Educação. Sabe-se que a escola não é um ambiente alienado do contexto macro-social, tendo em vista que o desenrolar das problemáticas presentes na escola diz respeito a demandas que vem de fora dela, e impactam também para além dela.

Acerca dessa construção social da escola, Bock (2003) afirma que a Educação se constitui a partir das práticas culturais dominantes, isto é, “a escola não é neutra e nem desinteressada” (p.84). A autora traz discussões críticas sobre os cuidados que a psicologia, que atua no ambiente escolar, precisa ter para não manter as práticas de naturalização de processos de adoecimento, de modo que as contradições presentes nas práticas educativas na escola acabam se perpetuando:

Assim, o professor fala da igualdade, mas entende e trata seus alunos como desiguais; fala do valor de cada um, mas trata alguns de seus alunos com descrédito; fala da importância da educação para a vida de todos, mas faz previsões de que alguns ficarão sem ela; fala da relação da escola com a vida, mas não vincula seu ensino à vida (p.92, 93)

Na citação acima, Bock (2003) cita o professor, mas isso pode ser lido se estendendo aos demais educadores que compõem o ambiente escolar. As contradições presentes nas práticas educativas acabam gerando sofrimento em todos os atores que constituem esse cenário. Fato esse que acaba por se intensificar ao passo que emergem demandas que extrapolam a sala de aula, como por exemplo, as demandas de violência.

Em uma reportagem publicada pelo Jornal da USP (USP, 2024), de acordo com uma entrevista feita com Daniel Cara, relator do documento do Grupo de Trabalho de Especialistas em Violências nas Escolas, do Ministério da Educação, o número de ataques nas escolas brasileiras somam-se 36, de 2002 a outubro de 2023. Na reportagem, o entrevistado cita o relatório “Ataque às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental” (Brasil, 2023), abordando aspectos essenciais presentes nessa discussão, como por exemplo, a violência sofrida por agressores no ambiente escolar.

O documento citado acima revela que essas violências sofridas se referem tanto a fatores macro, quanto a fatores micro. Como fator macro têm-se “desigualdades sociais e políticas educacionais inadequadas, ambientes não acolhedores – seja em sua estrutura física ou em seus processos relacionais”, e como fatores micro identifica-se “violências institucionais e micro violências, [...] cobrança de resultados, punição como técnica de controle e modelo de enfrentamento das adversidades, agressões físicas, bullying e diversas formas de preconceito, discriminação e provocações (Brasil, 2023).

Ao acessar essas notícias que evidenciam as tragédias extremas ocorridas dentro do ambiente escolar, é comum que, nas redes sociais, as pessoas comentem postagens sobre a urgência de Psicólogos estarem presentes na escola. Porém, os diversos comentários de pessoas leigas na área da Psicologia Escolar, dentre eles educadores, aponta para a expectativa de que essa prática seria de atendimento clínico a professores e alunos.

Reconhecer a urgência do trabalho da(o) Psicóloga(o) Escolar é também compreender sua atuação, acessando assim as dimensões de políticas públicas que devem ser desenvolvidas para garantir a presença da categoria como profissionais da Educação. É preciso compreender que situações como as violências extremas, assim como outras demandas de adoecimento no ambiente escolar impactam toda a comunidade escolar, e por isso, pensar apenas em ações emergenciais nunca será o suficiente para favorecer a promoção de saúde nas escolas.

Ressaltamos o quão desafiador de fato é compreender o que a(o) Psicóloga(o) Escolar, tendo em vista que ainda não há a presença constante desse profissional nas escolas no Brasil. Fato esse que é contraditório, tendo em vista que já existe uma lei, aprovada em 2019, a Lei Nº 13.935/2019 (Brasil, 2019), a qual estabelece a atuação de psicólogas(os) e assistentes sociais nas escolas públicas brasileiras. O que vem

acontecendo desde a promulgação da lei é a ausência de efetividade a nível amplo no país, reafirmando assim a distância entre a necessidade e o suporte devido.

É válido ressaltar que nesse cenário do que se propõe na lei, psicólogas(os) não irão realizar psicoterapia com alunos, professores ou famílias. A função da(o) Psicóloga(o) Escolar refere-se ao desenvolvimento de práticas e ações com caráter de prevenção e de promoção de saúde mental no ambiente da escola, visando o coletivo.

Somando-se à falta de efetividade da lei citada acima, encontramos na formação de psicólogas(os) uma lacuna no que se refere à compreensão do que faz a(o) Psicóloga(o) Escolar. Segundo Cavalcante e Aquino (2019), em uma pesquisa de campo realizada com Psicólogas(os) Escolares, identificou-se que em sua formação acadêmica nem sempre deram a devida atenção para a disciplina cursada, de modo que uma das entrevistadas cita que (Psicologia Escolar) “Eram as matérias que, eu digo, sempre tem preconceito (...). Já era estereotipado isso. A galera não ia de jeito nenhum. Todo mundo queria fazer qualquer coisa menos escolar” - Psicóloga Matilde (p.123).

Acerca dessas lacunas durante a formação acadêmica, outra psicóloga entrevistada afirma que os alunos, em geral, buscavam mais as experiências de estágio na clínica, o que acabava contribuindo para as dificuldades de compreensão do que faz de fato um profissional da Psicologia Escolar (Cavalcante; Aquino, 2019).

Essa afirmação se confirma ao passo que, uma das autoras¹ do presente artigo atua como supervisora de estágio em Psicologia Escolar, bem como professora da disciplina de Psicologia Escolar e Educacional, e presencia isso na prática. O que chama a atenção é o fato de que, ao se formar, muitas oportunidades podem surgir no ambiente escolar, ainda que nas escolas privadas. Dessa forma, ao desconhecer as possibilidades de atuação, o profissional se distancia da prática ética e essencial da Psicologia Escolar, contribuindo assim com o desconhecimento da área.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo apresentar problematizações sobre os desdobramentos de uma percepção da Psicologia Escolar como Psicologia Clínica. Além disso, é importante discutir sobre como esse desconhecimento, acerca da Psicologia Escolar, pode impactar negativamente no trabalho com a comunidade escolar.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo de pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, através de artigos científicos que apresentam dados de pesquisas sobre o conhecimento, versus

desconhecimento, acerca da atuação da Psicologia Escolar. Como forma de realizar uma análise de dados mais aproximados com a prática contemporânea, foi escolhida a base de dados Scielo, para filtro de artigos científicos.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica requer várias fases, até que se chegue à sua redação. Ao eleger o tema de pesquisa, precisamos refinar os documentos já publicados, escolhendo assim os meios pelos quais faremos esse filtro de material para análise. Ainda conforme sinalizado pelas autoras, após identificar esses textos para leitura, iniciaremos a “segunda fase” (p.47):

[...] tendo em mãos o livro ou periódico, seria o levantamento, pelo Sumário ou Índice, dos assuntos nele abordados. Outra fonte de informações refere-se aos abstracts contidos em algumas obras que, além de oferecerem elementos para identificar o trabalho, apresentam um resumo analítico do mesmo.

Anterior à “segunda fase” citada por Lakatos e Marconi (2003), refinamos as buscas na base de dados Scielo. A escolha dessa base de dados se deu diante da vasta publicação de conteúdos sobre Psicologia. Para encontrar os artigos a serem analisados, utilizamos os descritores “psicologia escolar and atuação”. A partir desses descritores, foi possível encontrar diversos assuntos, como por exemplo, as lacunas na formação teórico-prática da Psicologia Escolar. Porém, refinamos ainda mais os dados de pesquisa a partir dos critérios de inclusão e exclusão.

Como critérios de inclusão, escolhemos artigos científicos publicados no Brasil, em língua portuguesa; com o intervalo de tempo entre 2014 e 2024; que abordassem em seus resumos a percepção em relação à prática e ao conhecimento que a comunidade escolar tem do fazer da Psicologia Escolar. Outro assunto que foi escolhido como critério de inclusão foi sobre a atuação da Psicologia Escolar na Educação Básica, tendo em vista a Lei Nº 13.935/2019.

Como critérios de exclusão elegemos temáticas que abordassem a atuação da Psicologia Escolar com um tema central, como por exemplo, a pandemia de Covid-19; relatos de experiência da Psicologia Escolar no cenário do Ensino Técnico e Ensino Superior; artigos que abordassem as lacunas na formação acadêmica de psicólogos.

Após esse filtro, identificamos 80 artigos, dos quais precisamos fazer a leitura dos resumos, para então identificar o conteúdo abordado ao longo do texto. Diante desse filtro, identificamos 7 artigos que evidenciavam a problemática das dificuldades de compreensão sobre a prática da Psicologia Escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados encontrados nas análises dos artigos evidenciam os desafios relacionados à atuação das(os) psicólogas(os) escolares, destacando-se o impacto que o desconhecimento sobre a psicologia escolar pode acarretar para a comunidade escolar em geral e para prática profissional em si.

As pesquisas analisadas abordam as concepções e as percepções que os diferentes agentes da comunidade escolar, incluindo professores e gestores, possuem sobre o papel da(o) psicóloga(o) na escola; as concepções dos estudantes de graduação em psicologia sobre a atuação na área escolar e as percepções que as(os) psicólogas(os) que atuam na área da saúde possuem em relação às demandas escolares e de aprendizagem que chegam às instituições de saúde.

A temática referente ao desconhecimento e à necessidade de superação de paradigmas antigos existentes no campo da Psicologia Escolar, foi encontrada em pelo menos quatro dos artigos analisados.

Nesse sentido, Bastos e Pylro (2016) destacam que na pesquisa realizada sobre as concepções de professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em relação à Psicologia Escolar, mais da metade dos entrevistados (66%) acreditam que a atuação do profissional deve estar voltada aos alunos e suas famílias, demonstrando, portanto, o desconhecimento sobre outras atuações possíveis do psicólogo na escola.

Ainda acerca do desconhecimento sobre a prática, Pereira-Silva et al. (2017) abordam que os resultados da investigação realizada mostram que os professores e gestores compreendem o trabalho da(o) psicóloga(o) escolar como uma prática voltada, principalmente, para as problemáticas apresentadas pelos discentes, aproximando, portanto, essa concepção da prática clínica e desconsiderando os diversos fatores que exercem influência no desempenho acadêmico e nos desenvolvimento dos alunos.

Moreno e Loureto (2018) destacam que os dados por eles pesquisados demonstram a existência de múltiplas concepções sobre a atuação do psicólogo na escola. Os autores destacam a necessidade de superação de paradigmas antigos existentes no campo, bem como evidenciou visões que remetem a uma atuação mais crítica, relacionadas, por exemplo, à necessidade de interlocução da psicologia com o corpo docente, à visão não psicologizante dos alunos, dentre outras.

A temática da formação dos profissionais que atuam na área da psicologia escolar também foi observada na análise bibliográfica, nesse sentido, Santos et. al. (2020) abordam que os resultados encontrados na pesquisa realizada demonstram que a

formação desde a graduação é fundamental para uma atuação que habilite o psicólogo para o contexto específico no qual irá atuar e que ele esteja comprometido com as demandas e especificidades da área.

Os autores supracitados também pontuam sobre a relevância de uma formação que contemple disciplinas e atividades que possibilitem o aprofundamento na área da psicologia escolar e educacional, através de atividades de pesquisa e projetos de extensão, além dos estágios supervisionados na área, contribuindo, portanto, para uma maior apropriação das especificidades do campo (Santos et al, 2020).

Bastos e Pylro (2016) ressaltam que os próprios psicólogos possuem responsabilidade na formação de opinião sobre o seu trabalho, pois muitos profissionais ainda possuem uma concepção clínica, tradicional e repleta de estereótipos em relação às queixas escolares, reproduzindo a história da atuação deste profissional no Brasil.

Portanto, os autores enfatizam que os cursos de Psicologia possuem um papel fundamental nesse aspecto, pois alguns estudos indicam que muitos dos problemas relacionados à formação do psicólogo escolar no Brasil são consequência de currículos inadequados, da ausência de estágios bem supervisionados e da falta de preparo acadêmico das instituições (Bastos e Pylro, 2016).

Pereira-Silva et al. (2017) destacam que a formação dos profissionais da área da psicologia escolar deve estar comprometida com uma prática social e pautada na compreensão do processo ensino-aprendizagem e a sua articulação com o desenvolvimento.

Nesse sentido, é notório que a concepção que os membros da comunidade escolar possuem em relação ao trabalho do psicólogo escolar é também reflexo de uma atuação que está, ainda, amparada em paradigmas tradicionais existentes na área e que prezavam por uma perspectiva clínica, que prioriza o trabalho com os alunos e suas famílias, excluindo a necessidade de trabalho com a dimensão do coletivo.

Tais aspectos evidenciam a urgência de a formação em psicologia ser problematizada e repensada no que se refere à atuação no campo da psicologia escolar, possibilitando que as disciplinas teóricas e práticas contribuam para uma visão crítica da área, ressaltando o papel social que o profissional possui de desenvolver uma atuação que vise o coletivo e que privilegie uma perspectiva de prevenção e de promoção de saúde.

A revisão bibliográfica desenvolvida por Tessaro et al. (2023) em relação às expectativas atribuídas à atuação da(o) psicóloga(o) na escola evidenciam mudanças na

concepção sobre esta atuação, em comparação com as concepções encontradas nos trabalhos citados anteriormente. Os autores verificaram que quanto às expectativas da atuação da(o) psicóloga(o) na escola, há a perspectiva de que este profissional atue de modo a intervir e a prevenir em relação ao coletivo da escola, que conheça o contexto educacional e as suas normas, as variáveis que interferem no processo de ensinar e aprender e que embase a sua prática em teorias psicológicas, mantendo interlocução com outras áreas de conhecimento.

Sobre a perspectiva de educadores, a pesquisa desenvolvida por Oliveira et al. (2024) aborda sobre o papel da(o) Psicóloga(o) Escolar a partir da visão dos professores, partindo de uma visão bioecológica. Nesse sentido, os autores abordam que os resultados por eles encontrados também apontam para mudanças na compreensão do papel do psicólogo por parte das professoras entrevistadas. A perspectiva relacionada ao paradigma antigo de atuação da(o) psicóloga(o) escolar, que prezava por uma lógica excludente, normatizadora, de caráter remediativo e associado à prática clínica, foi encontrada apenas nas falas que remetem às antigas concepções que as entrevistadas tinham em relação a(ao) psicóloga(o) escolar.

Já na perspectiva das professoras entrevistadas, ainda citando o artigo de Oliveira et.al. (2024), a(o) psicóloga(o) escolar é tida(o) como uma(um) profissional fundamental na escola, que traz contribuições a partir do seu olhar diferenciado e conhecimentos específicos e que atua não só com os alunos e suas famílias, mas junto aos demais profissionais da escola.

Acerca desse ponto de vista, é notório que dentre os trabalhos analisados, que foram publicados mais recentemente, há mudanças significativas no que se refere às concepções que os profissionais da área da educação possuem em relação ao trabalho da(o) psicóloga(o) na escola. Tais mudanças apontam para possíveis alterações que vêm ocorrendo nos currículos dos cursos de psicologia.

No entanto, é fundamental que novos estudos sejam realizados em relação ao processo de formação dos psicólogos no Brasil e sobre a atuação destes profissionais no campo escolar, para que a partir destas discussões seja possível implementar mudanças consistentes e de forma dominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises e discussões realizadas neste trabalho, com caráter de pesquisa bibliográfica, motivadas pelas experiências das autoras, reforçam a necessidade de

expandir a compreensão sobre a psicologia escolar e sua atuação para além do paradigma tradicional, ainda presente em muitos contextos.

Apesar de mudanças significativas nas concepções sobre a atuação da(o) psicóloga(o) escolar, abordadas nas pesquisas mais recentes, percebe-se que a prevalência de uma visão restritiva, que associa o papel dessa área de atuação à resolução de problemas individuais, evidenciando o desconhecimento acerca das possibilidades mais amplas e preventivas dessa área.

Essa compreensão limitada, presente tanto entre professores quanto entre graduandos de psicologia, impacta diretamente no ambiente educacional, ao restringir a atuação da(o) psicóloga(o) escolar a intervenções pontuais e pouco integradas. Tal desconhecimento potencializa as práticas medicalizantes dos corpos constituintes do ambiente escolar, distanciando as ações que deveriam ser baseadas, principalmente, na promoção de saúde.

Os dados contidos nos artigos evidenciam, ainda, que superar essa visão tradicional demanda um trabalho de sensibilização e educação junto aos professores, além de uma reformulação no currículo dos cursos de psicologia. É imprescindível que os cursos de graduação trabalhem de forma mais aprofundada sobre o papel da(o) psicóloga(o) escolar de maneira crítica e interdisciplinar, promovendo uma atuação que vise à coletividade.

É importante destacar também que para que a psicologia escolar possa exercer efetivamente o seu papel no processo de desenvolvimento dos alunos e na construção de um ambiente educacional saudável e inclusivo, é fundamental que o profissional seja visto como um colaborador ativo nos processos pedagógicos e não apenas como um agente de resolução de conflitos individuais e pontuais.

Dito isso, concluímos que a construção de um trabalho preventivo e de promoção de saúde, que considere as múltiplas dimensões do contexto educacional, permite ao psicólogo escolar a promoção de mudanças na realidade escolar de maneira mais ampla e efetiva.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Jéssica Magalhães; GOMES, Cláudia Aparecida Valderramas. SAÚDE E QUEIXA ESCOLAR: REGISTROS DE CONSERV(AÇÃO) NA CONDUTA DE PSICÓLOGOS. *Psicologia em estudo*, v. 28, e53151, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/C56shMwL5vSxVkJgZ7dj45r/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 10 de fevereiro de 2024.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicol. Esc. Educ.** 12 (2); Dez 2008. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/pee/a/kgkH3OxCXKNNvxpbgPwL8Sj/?format=pdf&lang=pt>>

BARBOSA, Rejane Maria; MARINHO-ARAÚJO, Clasy Maria. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estudos de Psicologia** - Campinas, 2010. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/HfFbGhyKP8vqpXtJFW9n9FP/?format=pdf&lang=pt>>

BASTOS, Caroline Benezath Rodrigues; PYLRO, Simone Chabudee. Psicologia Escolar na concepção de professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**. Volume 20 Número 3 Setembro/Dezembro 2016. Disponível em:<https://abrapee.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/01/abrapee_v20n3.pdf>

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia da Educação: cumplicidade ideológica. pp.79-103. In: MEIRA, Marisa Eugênia Melillo; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. (Org.). **Psicologia Escolar: Teorias Críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório sobre ataques em escolas no Brasil. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm.>

CASSINS, A. M. et al. **Manual de psicologia escolar – educacional**. Curitiba : Gráfica e Editora Unificado, 2007.

CAVALCANTE, Lorena de Almeida; AQUINO, Fabíola de Sousa Braz. Práticas favorecedoras ao contexto escolar: Discutindo formação e atuação de psicólogos escolares. **Psico-USF**, v. 24, p. 119-130, 2019. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/pusf/a/QfVbj36QsW37WJhPPk8YwFy/?format=pdf&lang=pt>>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução Nº 23, de 13 de outubro de 2022. Institui condições para concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas; reconhece as especialidades da Psicologia e revoga as Resoluções CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007; nº 3, de 5 de fevereiro de 2016; nº 18, de 5 de setembro de 2019. Disponível em:<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-23-de-13-de-outubro-de-2022-437945688>>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005. Disponível em:
https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/01/codigo_etica2010.pdf.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003,

MACHADO, Adriana Marcondes. Os psicólogos trabalhando com a escola: a serviço de quê? pp. 63-85. In: MEIRA, Marisa Eugênia Melillo; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. (Org.). **Psicologia Escolar: Práticas Críticas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MORENO, Soraya Ivon Ramirez; LOURETO, Gleidson Diego Lopes. A Psicologia Escolar nas escolas de Boa Vista (RR): concepções dos professores. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 22, Número 3, Setembro/Dezembro de 2018: 557-564. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/pee/a/YPQY83cyzQt5zrffGxRK7kD/?format=pdf&lang=pt>>
Acesso em 10 fev. 2024

OLIVEIRA, Miriam Cristina Monteiro Silva; LEITE, Isabelle Diniz Cerqueira; COELHO, Maria Teresa Barros Falcão. O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR SEGUNDO PROFESSORES: UMA ABORDAGEM BIOECOLÓGICA. **Psicologia Escolar e Educacional.** 2024, v. 28. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/pee/a/d9LZqBzp88Dt4YVLFBG6j6H/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 20 fev. 2024

PEREIRA-SILVA, Nara Liana; et.al. O papel do psicólogo escolar: Concepções de professores e gestores. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 21, Número 3, Setembro/Dezembro de 2017: 407-415. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/pee/a/ZxWXR7nYzmpF7qLqZpQfL/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 20 fev. 2024

SANTOS, Elisa Alves; GOMES, Aline Rodrigues; SILVA, Nialda Sabrina; AQUINO, Fabíola de Souza Braz. Percepções de Graduandos de Psicologia Acerca do Trabalho do Psicólogo Escolar e Educacional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, e189579, 1-16, 2020. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/m9MhmJN3DWvNhwPGfrXrcpn/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 20 fev. 2024

USP. Ocorreram 36 ataques a escolas no Brasil entre 2002 e 2023. *Jornal da USP*, São Paulo, 19 fev. 2024. Disponível em:
<https://jornal.usp.br/atualidades/ocorreram-36-ataques-a-escolas-no-brasil-entre-2002-e-2023/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

TESSARO, Mônica; TREVISOL, Maria Teresa Ceron; D'AURIA-TARDELI, Denise. ENTRE A EXPECTATIVA E A PRÁTICA DO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA NA ESCOLA. **Psicologia em Estudo**, v.28, e53458, 2023. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/pe/a/sVP96DhssXD7xfwxHvmd7ML/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 20 fev. 2024